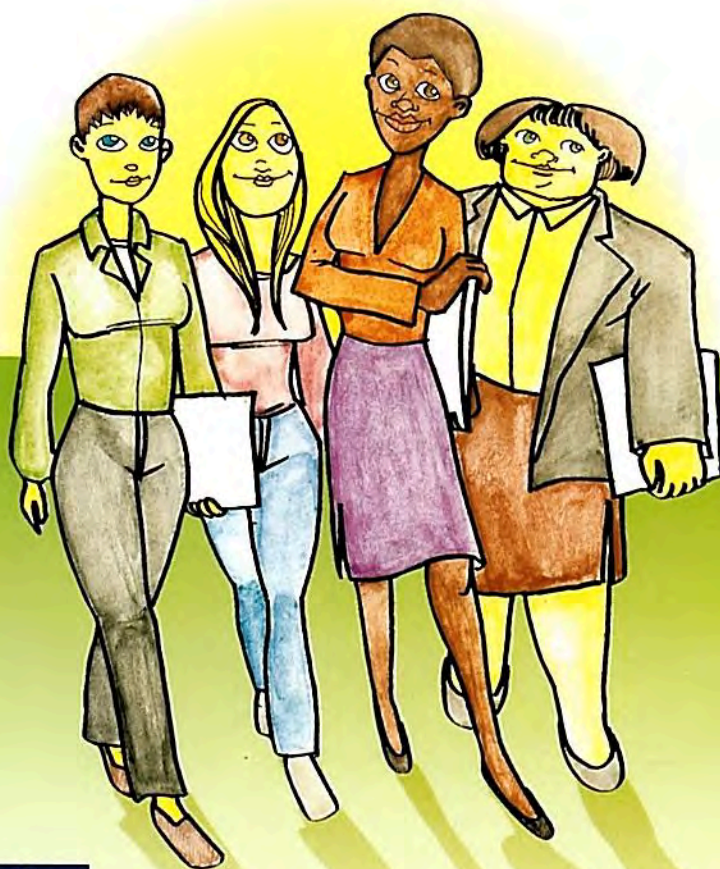


O longo caminho para a igualdade

Algumas referências sobre a situação das mulheres ao longo dos tempos



FUNDO SOCIAL EUROPEU



O LONGO CAMINHO PARA A IGUALDADE

**ALGUMAS REFERÊNCIAS
SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES
AO LONGO DOS TEMPOS**

Edição: C.G.T.P.-IN 1998

Financiado pelo Fundo Social Europeu e editado no âmbito do Projecto Now-Luna

Texto: Grupo de Trabalho do Projecto Now-Luna

Desenho e capa: Sá Gamito

Pré-Impressão: Fitolitaria, Lda.

Impressão e acabamento: Grafinter, Lda.

Este material circulará internamente e destina-se a ser utilizado apenas como material de apoio à formação de quadros sindicais.

ÍNDICE

Introdução.....	5
As Mulheres na Pré-História	7
As Mulheres na Idade Antiga.....	13
As Mulheres na Idade Média.....	17
As Mulheres na Idade Moderna.....	23
As Mulheres na Idade Contemporânea	27
As Mulheres em Portugal na Época da Industrialização.....	31
A Situação das Mulheres na 1ª República.....	39
As Mulheres Durante o Regime Fascista.....	43
O 25 de Abril e as Transformações na Vida das Mulheres.....	51

As Mulheres e a luta pela igualdade

Introdução:

Objectivos da Publicação:

1. Identificar a História como construção social de homens e mulheres, mas onde as mulheres como protagonistas foram sistematicamente ocultadas;
2. Mostrar a evolução do papel da mulher na sociedade, através dos tempos;
3. Mostrar que as mulheres conseguiram ao longo da História, muitas vezes em condições bastante difíceis, importantes vitórias no caminho da igualdade;
4. Ilustrar a importância das mulheres na construção da História;
5. Identificar o papel das mulheres na luta dos trabalhadores.

Apesar das referências históricas não se pretende que este seja um texto de História.

Procura-se organizar um conjunto de informações que se consideram importantes para compreender melhor o papel das mulheres na sociedade e na actividade sindical.

Normalmente a participação das mulheres na História é quase silenciada, como se a História tivesse sido apenas vivida pelos homens. Por isso, este texto procura muito sucinta e resumidamente, dar algumas referências sobre a situação das mulheres ao longo da História e divulga, ainda que de forma muito simples, o papel e a participação das mulheres na vida social e a sua evolução ao longo dos tempos.

Pretende-se aprofundar mais a situação nos séc. XIX e XX, período em que surgem os movimentos operários e sindicais e as classes trabalhadoras se assumem como protagonistas sociais que determinam o progresso da humanidade. Neste período surgem movimentos organizados de mulheres que lutam pelos seus direitos de cidadania e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O texto segue a divisão universalmente utilizada na História,¹ mostrando alguns aspectos da situação da mulher em sociedades mais próximas da nossa cultura, os seus problemas, vitórias e dificuldades na luta pela igualdade e por uma vida melhor

Cada época histórica é caracterizada por diferentes modos de vida, que correspondem a formas diferentes de organização social, económica, política e cultural. Os modos de vida em cada época são determinados pela evolução social, política e cultural que a luta pelo progresso social vai conseguindo e pelas condições objectivas da vida determinadas pela evolução da ciência e da técnica e modos de produção existentes

Por isso, este texto é apresentado em períodos que permitem:

- **Compreender mais facilmente a evolução da Humanidade**
- **Estruturar melhor a sucessão dos acontecimentos**

¹ A divisão tradicional da História é a seguinte:

- **Pré-História:** desde o aparecimento do Homem até à invenção da escrita.
- **Idade Antiga:** desde o 4.º milénio A.C., até ao século V D.C.
- **Idade Média:** do século V a meados do século XV.
- **Idade Moderna:** de meados do século XV a finais do século XVIII.
- **Idade Contemporânea:** de finais do século XVIII aos nossos dias.

Mulher na Pré - História



As Mulheres na Pré-História

Este é um longo período da história que se estendeu ao longo de dezenas de milhares de anos.

As Sociedades Primitivas existentes neste período histórico podem, de uma forma simples, caracterizar-se por:

- **Uma economia de subsistência** – Os grupos humanos viviam da recolha de frutos e plantas e da caça que a Natureza lhes proporcionava. Começaram por utilizar os ossos dos animais, inventaram os primeiros instrumentos de pedra e só mais tarde, aprenderam a trabalhar os metais.
- **Uma forma de vida nómada** – deslocavam-se à procura de alimentos e de caça, buscando zonas férteis e as melhores condições climatéricas.
- **A terra propriedade comum ou colectiva** – as terras e bens pertenciam aos grupos que as utilizavam.

Existem historiadores que denominaram estas sociedades como Civilizações Gineco-Cráticas (termo de origem grega que significa sociedades onde as mulheres tinham um papel preponderante: ginaikos/mulher; kratos /força).

As mulheres eram geradoras de vida

As mulheres davam à luz crianças, que asseguravam a reprodução das tribos e, como se desconhecia o papel dos homens na fecundação, as mulheres eram sacralizadas como símbolos de fecundidade e da vida – é o período do culto a deusas femininas. As mulheres eram associadas à terra, pois tal como a terra dava os alimentos para a sobrevivência, a mulher simbolizava a vida e assegurava a continuação dos povos.

As mulheres garantiam as condições quotidianas da existência

Eram colectoras de alimentos – enquanto os homens caçavam e se deslocavam permanentemente, as mulheres permaneciam mais tempo nos lugares por causa dos nascimentos e dos cuidados aos filhos pequenos. É natural que ao observarem os ciclos da natureza fossem descobrindo o processo de controlar a reprodução dos cereais, frutas

e outras plantas, iniciando assim a agricultura. Tinham ainda, oportunidade de observar os efeitos das plantas nos animais e nas pessoas e foram aprendendo a utilizá-las para tratar os doentes, iniciando as práticas curativas.

Eram provavelmente as guardiãs do fogo tão difícil de conseguir e de preservar mas tão necessário para a preparação de alimentos, a protecção contra o frio e os animais.

Tratavam das peles para fazer o vestuário e possivelmente começaram a fazer recipientes **desenvolvendo a olaria.**

A Mulher representava assim uma dupla fonte de vida porque as suas mãos e saber garantiam o alimento e do seu ventre nasciam as crianças.

Nesta época histórica as mulheres tiveram um papel fundamental e alcançaram mesmo alguma supremacia sobre os homens.

Mas, os grupos humanos foram inventando cada vez mais instrumentos que permitiam intervir de forma crescente na natureza, produzindo excedentes. Estes excedentes podiam ser preservados e, por isso, criavam condições para os grupos permanecerem mais tempo no mesmo local sem precisarem de procurar constantemente alimentos noutras zonas. Por outro lado, os alimentos excedentes ainda podiam ser trocados por outros bens necessários

A descoberta de armas garantia a defesa dos territórios, dos bens e das pessoas, mas por outro lado, permitia atacar outros grupos menos fortes.

Foi assim possível o estabelecimento da propriedade privada e do poder dos mais fortes e ricos sobre os mais fracos e pobres que tinham menos condições de sobrevivência e defesa.

Ainda na época das Sociedades Primitivas:

Dá-se a passagem de uma economia de subsistência para uma economia produtora

- surge a agricultura e a pastorícia;
- o homem fixa-se à terra/ aparecem as aldeias;
- descobrem-se novas fontes de energia (água, vento);
- introduzem-se novas técnicas (arado, moinho de vento, barco à vela);

- novos transportes (a navegação e o carro de rodas);
- descobre-se a fusão dos metais/metalurgia – cobre, bronze e ferro (para fabrico de instrumentos cortantes e perfurantes mais eficazes e de longa duração como as armas, por exemplo);

Como consequência destas transformações, a produção faz-se com instrumentos cada vez mais eficazes que multiplicam a força humana e garantem uma economia produtora mais exigente e contínua. Perante maiores exigências de continuidade na produção, o papel insubstituível da mulher na reprodução humana que se caracteriza por uma gravidez longa e por uma dependência prolongada das crias até terem autonomia para sobreviver, afasta as mulheres do seu papel dominante na economia.

É descoberto o papel dos homens na fecundação, o que aliado à possibilidade de reprodução de riquezas excedentes que permitem a acumulação, o domínio sobre territórios e o aparecimento da propriedade privada, cria condições que levam os homens a quererem garantir a passagem dos seus bens para os seus filhos. Assim, para os homens possuidores de bens, a mulher passa a ser também sua propriedade, criando relações de submissão da mulher na família.

A descoberta do papel do homem na reprodução, aliada à ignorância que se manteve até ao século XIX sobre a contribuição do óvulo feminino para este mesmo processo, reduz a mulher a uma função de depositária da semente do homem.

Ésquilo afirmaria mais tarde:

"A mãe da criança a que chama sua não é realmente sua progenitora. Apenas cuida da semente que o verdadeiro progenitor, o pai, plantou dentro de si."

- A mulher torna-se num instrumento de reprodução e numa força de trabalho.
- A sociedade transforma-se numa sociedade de classes, onde a mulher, independentemente da sua condição social, é relegada para segundo plano.

No final da Pré-História, a mulher tem um estatuto desvalorizado. É propriedade privada dos homens, possuidores de riqueza e é utilizada como força de trabalho.

Mulher na Antiguidade



As Mulheres na Idade Antiga

O antigo território, que corresponde ao actualmente ocupado pelo nosso país, foi durante este período, ocupado por povos diferentes que aqui chegavam por terra e mar.

Invasões, ocupações, significavam quase sempre domínio de povos sobre outros povos com guerras, escravatura, doenças e fomes que acompanham estas situações.

As mulheres, sofrem as consequências destas invasões e ocupações e têm que garantir a sua própria sobrevivência e a dos seus filhos.

A economia das famílias estava quase totalmente dependente das várias gerações de mulheres que desde crianças até morrerem moiam o grão, faziam o pão, o queijo, preparavam os alimentos, teciam e faziam o vestuário.

Neste período, a ocupação da Península Ibérica pelos exércitos do Império Romano e, mais tarde, a ocupação árabe foram as mais importantes.

O papel da mulher na sociedade, comparando com o anterior período da Pré-História sofre um recuo.

- Os homens assumem o controlo total da sociedade.
- As mulheres não têm direitos políticos e são controladas pelos homens em todas as fases da sua vida; de propriedade do pai passavam a propriedade do marido.

As mulheres das classes abastadas eram toda a vida dominadas por um homem. Enquanto jovens eram controladas pelo pai ou por um tio (no caso do falecimento do pai).

Casavam, normalmente, muito novas e os casamentos eram impostos pelo pai, depois era o marido que tinha sobre elas poder de vida e morte.

Desde novas eram iniciadas nas tarefas domésticas: cozinhar, tecer e gerir o lar; e mesmo as mulheres nobres fiavam e teciam toda a vida. Tinham um estatuto semelhante ao da escravatura mesmo quando eram de famílias abastadas, embora as suas condições de vida fossem naturalmente diferentes. A mulher das classes abastadas é reduzida à procriação, ao governo da casa.

As mulheres pobres e as escravas partilhavam o destino dos homens da mesma condição, sendo utilizadas como força de trabalho até à morte, quase sempre precoce.

Claro que, no caso das mulheres pobres, ao trabalho e pobreza se acrescentava o abuso sexual, as violações e a ausência de qualquer protecção nas gravidezes permanentes ou nas condições em que davam à luz.

A prostituição era frequente e tolerada.

As mulheres pobres, como todos os pobres, trabalhavam até à morte e procriavam os seus filhos.

Algumas frases de homens famosos desta época que ilustram, de uma forma directa, qual devia ser o papel das mulheres na sociedade:

- "Se a natureza não tivesse querido mulheres e escravos, teria dado aos teares a propriedade de fiarem por si próprios." (Platão)
- "As mulheres (tal como os escravos), são semelhantes a coisas inanimadas agindo sem saber o que fazem, tal como o fogo que arde sem saber que queima." (Aristóteles)
- "Deus criou a mulher para as funções de dentro e o homem para as funções de fora." (Xenofonte)
- "A mulher deve viver sob uma estreita vigilância, ver o menor número de coisas possível, deve ouvir o menor número de coisas possível, fazer o menor número de perguntas possível." (Xenofonte)
- "Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-los." (Resposta do senador Marco Pórcio Catão, ao protesto das mulheres romanas, em 195 D.C., contra a exclusão do uso dos transportes públicos – privilégio exclusivamente masculino)

Poucas mulheres se conseguiram destacar nesta sociedade dominada pelos homens. Citamos apenas um exemplo:

"Hipácia, uma pagã, matemática e filósofa, que, por volta de 600 D.C., dava conferências no Museu de Alexandria. O seu desafio intelectual aos sacerdotes obscurantistas deu origem a que estes a mandassem assassinar."²

² In: Sheila Lewenhak, *A Mulher e o Trabalho*, p. 110

O LONGO CAMINHO PARA A IGUALDADE

Mulher na Idade Média



As Mulheres na Idade Média

A mulher do povo:

Na Idade Média a terra era o meio de produção mais importante. Os homens e mulheres do povo viviam numa situação de servidão em relação aos senhores da nobreza e da igreja que eram proprietários das terras.

A vida do povo era totalmente condicionada pela vontade discricionária dos seus senhores. Mesmo os casamentos careciam de autorização e, em muitos casos, os senhores dispunham do direito medieval de dormir com as mulheres dos seus servos na 1ª noite de casamento.

O povo vivia atormentado pelo pagamento de impostos e rendas; pelo recrutamento para guerras frequentes; por doenças (cujos processos de controle e cura se desconheciam); por condições de vida muito rudimentares, com uma alimentação parca e sujeita a frequentes períodos de fome provocadas pelas guerras; cataclismos naturais e dependência dos senhores que controlavam toda a terra e sua produção.

Homens e mulheres pobres trabalhavam nos campos. As mulheres acumulavam esses trabalhos com a procriação e cuidados dos filhos, produção de alimentos e roupas para a família.

Um relato, inserido nas Memórias dos Comissários do Rei acerca das misérias do povo, sobre a vida dos camponeses em França já depois da Idade Média (1689) pode ajudar a fazer uma ideia do que seria a vida em épocas ainda mais distantes:

"Vêm-se certos animais selvagens, machos e fêmeas espalhados nos campos, negros, lívidos e queimados pelo sol, agarrados à terra que escavam e remexem com uma teimosia incrível; têm uma voz articulada e quando se erguem e ficam de pé, mostram uma face humana e, com efeito são homens.

À noite recolhem às suas pocilgas, onde vivem de pão escuro, água e raízes; poupam aos homens o esforço de semear, lavrar, e colher para viver e merecem assim que não lhes falte o pão que semearam"

As mulheres dos artesãos participavam no trabalho, pois as oficinas localizavam-se nas habitações e toda a família era envolvida na produção.

Assim, na Idade Média, as mulheres participavam na vida social e económica, pelo trabalho, dominando no que concerne à economia doméstica; complementavam, no campo ou na cidade, o trabalho masculino.

A mulher da nobreza:

Enquanto solteiras ocupam-se de trabalhos femininos como bordar, fiar, tecer. Muitas vezes eram colocadas no mosteiro onde ficavam toda a vida ou até ao casamento.

Algumas casam ainda crianças e são enviadas para a família do noivo; depois de casadas, como mães de família respeitáveis, deviam obediência ao marido, tinham que ser mulheres "fieis a um único homem";

O casamento nas classes nobres era um acto político, uma ocasião para aumentar o poder e a riqueza com novas alianças.

A mulher estava afastada das funções dominantes da época como a guerra e a mediação do sagrado, pois, como ainda hoje, estava impedida de assumir o poder na Igreja, que na altura era dominante:

- A sua condição feminina, pela sua debilidade (segundo se queria fazer crer), arredava-a das actividades guerreiras, para o que se requeria força, decisão, espírito de aventura, qualidades que eram consideradas, na época, atributos masculinos.
- Apesar do Cristianismo proclamar a igualdade de todos perante Deus, e de ter dignificado a mulher, a Igreja como instituição e organização poderosa na época, vinculou a mulher ao pecado. Descendente de Eva, sempre conotada com os malefícios vindos do seu sexo, foram-lhe interditados os altares e os símbolos do sagrado e negaram-lhe o lugar de intermediária entre o divino e o humano.

E assim define um homem da época as funções das mulheres:

"Não digo que a função das mulheres seja rezar, trabalhar ou combater, mas elas estão casadas com os que rezam, trabalham e combatem, e servem-nos."

As cruzadas e a valorização do papel da mulher na economia

Como aconteceu noutras épocas da História, o afastamento dos homens para a guerra das cruzadas contra os árabes na Terra Santa, e no caso português as guerras da reconquista contra a ocupação árabe, colocaram as mulheres da nobreza a gerirem as suas terras e as pobres viram-se na necessidade de assumirem todo o trabalho do campo.

A resistência das Mulheres na Idade Média:

Lutas colectivas, onde elas lutaram ao lado dos homens:

- revoltas contra os impostos
- revoltas camponesas
- participação das mulheres na Batalha de Aljubarrota
- revoltas de artesãos e guildas de comerciantes
- movimento comunal

Lutas, predominantemente, ou só femininas:

- movimentos heréticos (contra a religião vigente) – séc. XI e XII, seitas só femininas, na Alemanha, na França, nos Países Baixos, etc.

Algumas mulheres que se destacaram na Idade Média:

Em Portugal:

Rainha Santa Isabel (1270-1336) – esposa de D. Dinis, serviu várias vezes de mediadora nos conflitos entre o rei e os seu filhos; fundou conventos, entre os quais, o Mosteiro de Santa Clara de Coimbra e o Hospital dos Inocentes em Santarém; dedicou-se às obras de misericórdia - conhecida por isso como Rainha Santa; canonizada em 1625.

Padeira de Aljubarrota – mulher do povo que segundo a lenda, matou vários soldados castelhanos durante a Batalha de Aljubarrota (1383) onde foi confirmada a independência de Portugal.

Rainha D. Leonor (1458-1525) – esposa de D. João II; foi várias vezes regente do reino; soube colocar o seu irmão D. Manuel no trono; promoveu a hidroterapia, abrindo o hospital termal que em sua memória se ficou a chamar – Caldas da Rainha; criou as Misericórdias; foi protectora das letras e das artes; fundou os Conventos da Madre de Deus e da Anunciada.

Em França:

Uma das ocupações que as mulheres ainda detinham com muita importância era a de curar as doenças com base nos saberes de medicina popular. Iniciado o ensino da medi-

cina nas universidades, onde o acesso das mulheres era interdito, foi forçado o afastamento das mulheres desta ocupação.

As que resistiram foram consideradas feiticeiras e queimadas pelo fogo. Foram milhares as mulheres que na Europa morreram na fogueira porque ousaram tratar doenças.

Em França, **Joana d'Arc**, "teve a coragem de agir como se não existissem limitações aos papéis femininos", ousa vestir-se de homem e ir lutar contra os ingleses, para salvar a sua pátria! Tal acto custou-lhe a morte na fogueira. O exercício da guerra interdito às mulheres também era motivo para o castigo pelo fogo. Os grandes senhores, dentro e fora da igreja, consideravam a morte pelo fogo a única forma de salvar as almas das mulheres "pecadoras"; era a derradeira forma de purificação.

Jacques Sprenger um homem desta época escreveu:

"Se hoje queimamos as bruxas é por causa do seu sexo"

Numa sociedade dominada pela religião cristã, fortemente dominada pelo clero e pela igreja, o trabalho da mulher não é sinónimo de prestígio social, sendo considerado, pelo contrário, um castigo pelo pecado original.

A mulher era considerada pelos grandes homens da época, grandes homens da Igreja, o símbolo de todos os males, não lhe concedendo sequer o privilégio de possuir uma alma.

Alguns exemplos do que foi escrito sobre a mulher nesta época:

- *"a cabeça do crime, a arma do diabo"* (S. António)
- *"o visco venenoso de que se serve o diabo para se apoderar das nossas almas"* (São Cipriano)
- *"a porta do diabo"* (Tertuliano)
- *"uma peste"* (S. Bernardo)
- *"escorpião sempre pronto a picar"* (S. Boaventura)
- *"de todas as bestas ferozes nenhuma é mais perigosa que a mulher"* (S. João Crisóstomo)
- *"fujo de todas porque de uma nasci"* (São Tomás)

Mulher na Idade Moderna



As Mulheres na Idade Moderna

Ainda no fim da Idade Média, entre os séculos XII e XIV, começam a operar-se grandes mudanças na vida política, económica e social, que vão influenciar a condição da mulher:

- desenvolvimento do comércio e das cidades;
- nascimento de uma nova classe – a burguesia, que vai na Idade Moderna suplantar, pouco a pouco, a nobreza;
- o domínio da nobreza no aspecto económico vai enfraquecendo;
- o trabalho passa a ser valorizado como fonte de riqueza, conduzindo, por sua vez, a uma nova valorização da propriedade.

No entanto com a ascensão económica e política da burguesia, nos séculos XVI a XVIII, a mulher pouco vai ganhar, pelo contrário, vai perder direitos.

Os homens das leis retomam o direito romano e vão modificar os direitos de sucessão: as mulheres são afastadas do direito de propriedade. Portugal é dos primeiros países a adoptar o morgadio, ou seja, são os filhos varões que herdaram os bens da família. Este direito vai vigorar em Portugal do séc. XV até 1863. Por esse facto muitas das mulheres são obrigadas a "escolher" a vida religiosa.

Mais tarde, no século XVII, as ordenações Filipinas confirmam o poder do pai sobre as filhas e dos maridos sobre as mulheres: as filhas podiam ser deserdadas se casassem contra a vontade do pai e o marido tem a faculdade de "*dirigir, defender, sustentar e corrigir moderadamente a mulher*".

Em Inglaterra, as famílias com propriedades, se tivessem só filhas, perdiam o direito à herança que passava para os familiares varões mais próximos. Jane Austen, uma mulher escritora que viveu nesse período, muito divulgada actualmente em filmes, relata bem estas situações nos seus romances de época.

Como estratégia para controlar a natalidade com o objectivo de evitar a divisão da propriedade, os casamentos faziam-se tarde. Muitos filhos significavam divisão da propriedade.

Nas famílias pobres pelo contrário, os filhos representavam braços para o trabalho e aí as famílias poderiam ser grandes. Assim, as mulheres partilhavam o trabalho com os homens, garantiam o nascimento e os cuidados a proles numerosas, e preparavam alimentos e roupas para toda a família.

Em Portugal nos séculos XV-XVI (Época dos Descobrimentos), os homens das classes mais altas vão chefiar as grandes expedições para África, às Ilhas do Atlântico, Ásia e Brasil; os das classes mais baixas vão servir de mão-de-obra nestas expedições – vão ser o grosso dos soldados e marinheiros.

Nesta época, a vida das mulheres do povo, da nobreza ou da burguesia é marcada pela ausência prolongada dos maridos, pais, filhos e outros familiares. A ausência é sempre longa e sem notícias, com desconhecimento sobre o destino, sobre a possibilidade de regresso e com a convicção de que muitos não regressariam. É mais uma época das "viúvas de vivos" que, embora em situações diferentes, a História se encarregou de repetir em períodos mais recentes com a emigração e a guerra colonial.

A agricultura e outros mesteres vão ser abandonados, cabendo às mulheres desempenhar um grande papel na vida do nosso país. No entanto, é necessário sublinhar que é um período transitório, **as mulheres adquirem importância apenas devido à ausência temporária dos maridos.**

Em Lisboa, a prostituição era um flagelo. O movimento crescente na cidade por causa do comércio aumentava o fenómeno e a prostituição seria um recurso para mulheres que ficavam sós, sem apoio e sem recursos.

Mas apesar de silenciadas pela História, algumas mulheres ousaram acompanhar os maridos nas suas viagens; outras, entravam nas naus às escondidas, disfarçadas de homens à procura de novas oportunidades nas terras descobertas. Há notícias de situações destas nas cartas dos missionários e nas crónicas de viagem. Mesmo quando acompanhadas pelos maridos eram consideradas um problema mas quando sozinhas, eram uma "peçonha" que o diabo introduzia para perdição das almas. As mulheres eram sempre "suspeitosas"; quando descobertas, permaneciam isoladas em péssimas condições e eram desembarcadas logo que possível.

Mulheres que se destacaram na época:

Josefa de Óbidos – século XVII – Mulher artista (o que era muito raro no seu tempo), pintou motivos religiosos e naturezas mortas.

Mariana Alcoforado – século XVII – obrigada a entrar para um convento com 11 anos apaixonou-se perdidamente por um oficial francês e escreve-lhe cartas de amor extraordinariamente belas. Estas cartas foram publicadas, anonimamente, em 1669.

Factos importantes:

1557 – Publicação do 1º livro sobre "*direitos das mulheres*" onde são tratados os privilégios e prerrogativas "*que o género feminino tem por direito comum e ordenações do reino mais do que o género masculino*" de Rui Gonçalves.

O LONGO CAMINHO PARA A IGUALDADE

Mulher na Idade Contemporânea



As Mulheres na Idade Contemporânea

O fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea são marcados pela Revolução Francesa (1789) que influencia os vários movimentos liberais em todo o mundo com os seus princípios de "fraternidade e igualdade", a revolta contra o poder absoluto dos reis, os abusos da nobreza e a miséria em que o povo vivia.

As mulheres aderiram aos ideais revolucionários e mobilizaram-se para as lutas sociais ao lado dos homens neste grande movimento de transformação social. Pela primeira vez, as mulheres participaram num movimento colectivo, político e criam organizações de mulheres.

Convergiram nesta revolução as aspirações de mulheres de duas classes distintas: a mulher do povo para quem a liberdade significava a garantia do pão e a mulher burguesa que reivindica igualdade entre os sexos e fim da opressão da mulher.

As mulheres do povo reivindicam sobretudo emprego e pão; as burguesas reclamam o acesso das mulheres a todos os ofícios, querem a reforma do casamento e a instituição do divórcio; o fim da prostituição; o direito ao voto e a igualdade na instrução.

Muitas mulheres do povo morreram nas barricadas. As da burguesia, na guilhotina!

Como escreveu Helena Neves, no prefácio da obra: "O problema feminino e a questão social":

"Ambas saíam goradas nas suas aspirações. Efectivamente caberia á burguesia vitoriosa substituir a escravidão geral da mulher por uma outra escravidão mais subtil, mas não menos poderosa: o culto da família e da educação dos filhos."

A Revolução Francesa, que viria a inspirar transformações democráticas em toda a Europa e a abalar fortemente os velhos regimes monárquicos, não cumpriu as promessas que tanto mobilizaram as mulheres. Continuou a negar às mulheres a liberdade e igualdade. Os homens que ousaram manter a coerência com os ideais da revolução e defenderam a liberdade e igualdade também sofreram e foram perseguidos.

Napoleão, que assumiu o poder em consequência da revolução, afirmava dez anos depois (1799):

- *"A natureza fez das mulheres nossas escravas; o marido tem o direito de dizer à sua mulher: Não sairás de casa! Não irás ao teatro! Não te encontrarás com esta ou aquela pessoa! Quer dizer: o teu corpo e a tua alma pertencem-me!"*

O art. 213º do Código Civil de Napoleão impunha:

"O marido deve protecção à sua mulher e a mulher deve obediência ao seu marido."

Outros homens célebres na época **negam às mulheres o direito à cidadania** e afirmam.

• *"O quê?! Seres degradados que querem violar e ultrapassar as leis da natureza entrarão nos lugares confiados à guarda dos cidadãos!... A natureza disse à mulher: sê mulher! Os cuidados devidos à infância, os pormenores domésticos, as doces inquietações da maternidade – eis os teus trabalhos."*

(Chaumette)

• *"Arrancar estes seres modestos (as mulheres), cujo maior encanto é o pudor, ao círculo dos hábitos domésticos que fazem desabrochar ou pelo menos aperfeiçoam as suas amáveis qualidades, transferi-las para o meio dos homens e dos negócios, expô-los aos perigos de uma vida que não aprenderiam a suportar senão desnaturando a sua constituição física, é querer obliterar a requintada sensibilidade que constitui... a sua essência... Sem dúvida a mulher deve reinar no interior da casa, mas só ali deve reinar. Em qualquer outro sítio estará deslocada."*

(Mirabeau)

Mais tarde, em 1871, mais uma vez em França, o povo, os trabalhadores conquistam o poder e governam Paris, de 18 de Março a 28 de Maio, quando são derrotados pelos exércitos do rei e da nobreza. Mais uma vez, as mulheres participaram activamente e vieram para a rua combater. Um jornalista inglês da época escreveu: *"...se a nação francesa fosse constituída somente por mulheres, que nação terrível seria!"*.

A Comuna de Paris foi a primeira experiência de exercício do poder e gestão popular.

Mulher na Industrialização



As Mulher em Portugal na Época da Industrialização

Nos princípios do séc. XIX, Portugal vivia sob um dos regimes mais autoritários – o absolutismo. A mulher era completamente marginalizada da vida política; as leis excluía-na de qualquer poder sobre os filhos, da administração legal dos seus bens, da possibilidade de tomar decisões, etc.

A Revolução de 1820 e a Constituição de 1822 exerceram profunda influência nas instituições e no Direito Político, iniciando em Portugal a Organização Jurídica Democrática. Porém, ainda que nela se proclamasse o sufrágio directo e universal para a eleição das Cortes, excluía-se do voto os analfabetos, os frades, os que não tinham quaisquer rendimentos e, por omissão, as mulheres.

No entanto, ainda que esquecida e discriminada, a mulher surge sempre, ao longo da História do nosso país, ao lado do homem em todas as lutas que se travaram.

Exemplo disso são as revoltas populares da Maria da Fonte e a da Patuleia. Estes levantamentos populares foram provocados pela baixa dos salários, aumentos de impostos, multas, taxas e leis de saúde, impostos pela ditadura de Costa Cabral.

Em Vieira do Minho, Fonte da Arcada e Póvoa do Lanhoso, as mulheres organizaram-se dando origem à primeira revolta – conhecida por Maria da Fonte – em que um grupo de mulheres (cerca de 300), dirigidas por Maria Angelina, de Fonte da Arcada, conseguiu tirar da prisão três companheiras e também impedir que uma outra fosse levada para a prisão.

Pouco tempo depois, dá-se novo levantamento popular – a Patuleia. Vários autores afirmam que este movimento é assim denominado por ser conduzido por mulheres do povo, de "patas ao léu", descalças.

Em 1867, o Código Seabra vai introduzir princípios revolucionários para a época:

- introduz o casamento civil não católico
- a mulher passa a gozar do poder paternal juntamente com o marido
- passa a ser ouvida em tudo o que interessa aos seus filhos e aos seus bens

Sobre a mulher do povo pesavam, além do trabalho da casa, o violento trabalho do campo ou o trabalho artesanal – tudo isto numa situação de extrema miséria e ignorância. Basta dizer que, no ano de 1870, das 1965 escolas então existentes no País, apenas 348 eram para raparigas e que, em 1878, 89% das mulheres portuguesas eram analfabetas (relatório apresentado por D. António Costa, que antecede a reforma da instrução primária).

Esta situação não abrangia toda a população de igual forma. As mulheres da nobreza e da burguesia embora educadas com base em ensinamentos morais e religiosos para serem esposas e mães, aprendiam a ler, escrever e contar. Mais tarde, já no final do século XIX, o capitalismo afirmava as suas noções de rentabilidade, eficácia, e procura de utilidade social para todos, aumentaram as preocupações com a educação das mulheres para as habilitar para as funções de esposa e mãe de forma a contribuírem para a modernização do país.

Mas, a maior parte da população portuguesa continua a viver no campo. Em 1870, segundo o recenseamento, 7 em cada 10 portugueses vivem no campo, e a participação das mulheres e crianças nos trabalhos agrícolas é imprescindível à economia familiar, dada a escassez de recursos tecnológicos. Nesta altura, mais uma vez, é reforçado o papel da mulher na produção agrícola essencial à economia, devido à emigração masculina. – Só em 1885 emigraram cerca de 45.000 homens.

Em 1868 no Compêndio de Economia Rural, Rebelo da Silva afirma:

"As populações rurais de Portugal são em geral pouco robustas e em muitas localidades doentes fracas e apáticas. A falta de suficiente alimentação (...) influem para esta lenta degeneração (...) O povo vive e trabalha mas seria mais exacto dizer que em bastantes partes apenas vegeta, débil para esforços físicos e com pouca energia para dar à indústria e à agricultura o impulso que ambas carecem."

A mulher na fábrica:

Com a Revolução Industrial, a mulher passa do trabalho do campo e da indústria caseira artesanal para o trabalho das fábricas, ao mesmo tempo que o homem. Mas, por todas as limitações e discriminações que sobre ela pesam, o seu salário é sempre inferior ao do homem, trabalhando o mesmo número de horas – de 10 a 16 horas por dia.

Mulheres e crianças, representam uma parte significativa da mão-de-obra operária por receberem salários muito mais baixos e serem socialmente mais frágeis.

O LONGO CAMINHO PARA A IGUALDADE

Não existem muitas descrições conhecidas sobre o trabalho das mulheres e crianças, mas há notícias nos jornais que referem a utilização de chicote e palmatória para castigar as crianças. A situação das mulheres não seria muito diferente com o problema da sujeição a assédio sexual, muito comum.

Nenhuma protecção social garantia condições para gerar e parir filhos em condições mínimas de higiene e saúde. Assim, em 1885, 45% das mortes verificadas dizem respeito a crianças com menos de 7 anos e, nos finais da década de 80, em cada mil nascimentos 96 crianças morriam, no 1º ano de vida, em Lisboa e no Porto.

É ainda significativo, para caracterizar a situação das mulheres neste período, o problema das crianças entregues na "RODA" (Instituições nas quais as mulheres podiam deixar anonimamente os filhos recém nascidos), onde só nos anos de 1863 e 1864 foram entregues mais de 30.000 crianças.

A situação das mulheres e crianças nas fábricas é de tal forma miserável que a **1ª lei de trabalho publicada em Portugal, em Abril de 1891**, vem regulamentar o trabalho de menores e de mulheres:

- Fixa nos 12 anos a idade para começar a trabalhar na Indústria e Construção Civil;
- Estabelece como horário máximo para menores as 12 horas diárias e um dia de descanso semanal;
- Proíbe o trabalho nocturno e trabalho subterrâneo às raparigas e aos rapazes menores de 14 anos;
- Estabelece condições mínimas de salubridade para as mulheres e futuras mães;
- Prevê a criação de creches.

Como com todas as leis que favorecem os trabalhadores, a sua publicação não significou que tenha sido aplicada a curto prazo. Problemas de divulgação, de ausência de fiscalização, de débil organização sindical, ainda nascente, não obrigavam o patronato ao cumprimento da lei. Por outro lado, salários demasiado baixos para os adultos levavam as próprias famílias a não exigirem o respeito pela Lei. Na verdade, para as famílias, a escolha relativamente aos filhos era morrer de fome ou definhar a trabalhar.

Greves e lutas de mulheres:

Nas associações de classe nascentes, mais tarde os sindicatos, a presença de mulheres nas direcções, nos congressos é inexistente, o que não significa que as mulheres não integrem os sindicatos desde o início como associadas.

De 1872 a 1899 ocorreram em Portugal mais de 50 greves e, em todas as fábricas onde trabalhavam mulheres, elas participaram activamente.

A primeira greve de mulheres em Portugal foi a das costureiras de Lisboa, em 1892, pela redução do horário de trabalho.

Em 1902, realizaram-se em Gouveia importantes greves de trabalhadores dos lanifícios, nas quais as mulheres tiveram grande participação contra a imposição de descida de salários.

Em 1903, cerca de 30.000 operários têxteis do Porto entram em greve contra o trabalho domiciliário de mulheres e crianças.

Em 1909 no Congresso Sindical e Cooperativista, merece especial atenção, entre as teses discutidas, uma sobre "Protecção às mulheres e aos menores nas fábricas".

Neste período destaca-se pelo significado histórico o 8 de Marco de 1857:

Numa fábrica Têxtil de Nova Yorque, as mulheres estavam em luta por melhores condições de trabalho e salários e esperavam por dirigentes sindicais. Entretanto, deflagrou um incêndio na fábrica e porque o patrão tinha encerrado os portões para impedir a entrada dos dirigentes, 19 operárias morreram queimadas.

Mais tarde, em 1912 a Conferência Internacional Feminina proclamou este dia como Dia Internacional da Mulher.

Outros acontecimento importantes deste período

Nos finais do séc. XIX, reformadores sociais, faziam campanhas pela emancipação das mulheres.

As mulheres lutam pelo direito ao voto, pelo direito à educação, pela igualdade de direitos na família.

1863 – Decreto Lei que aboliu o morgadio e permite às mulheres ter acesso à herança dos pais.

- 1867** – Primeiro Código Civil que melhorou a situação das mulheres relativamente aos direitos dos cônjuges, filhos e bens e sua administração.
- 1888** – Criados por decreto três liceus femininos que demoraram no entanto a concretizar.
- 1891/92** – Domitila de Carvalho é a primeira mulher a inscreve-se na Universidade
- 1898** – Elisa Augusta da Conceição Andrade de Carvalho - primeira mulher a licenciarse em Medicina
- 1903** – **Revolta do Grelo** – Sobretudo protagonizada por mulheres que se revoltaram contra o imposto sobre a venda de hortaliças.
- 1905** – É publicada a obra de Ana Castro Osório "As mulheres Portuguesas"
- 1909** – Fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas que, em 1910, já tinha cerca de 500 filiadas.

Destaca-se nesta organização Ana Castro Osório, entre outras, que tinham por objectivo ajudar a desenvolver um Portugal aberto a ideias modernas, lutar por novas leis para as mulheres e as crianças, igualdade de direitos na sociedade e na família, na educação e direito ao divórcio.

Mulher na 1ª República



A Situação das Mulheres na 1.ª República

Em 1910 é implantada a 1.ª República em Portugal, com a participação activa das mulheres mais esclarecidas e dos trabalhadores – homens e mulheres – que acreditavam que a queda da monarquia resolveria alguns dos problemas mais graves dos portugueses.

A República introduz, na verdade, algumas alterações na condição da mulher portuguesa:

- **Novas Leis do casamento e da filiação** baseiam o casamento na igualdade. A mulher deixa de dever obediência ao marido.
- **O crime de adultério** passa a ter o mesmo tratamento quando cometido por mulheres ou homens.
- **Lei do Divórcio.** O divórcio é admitido pela primeira vez em Portugal e é dado ao marido e à mulher o mesmo tratamento, tanto em relação aos motivos de divórcio como aos direitos sobre os filhos.

Em 1911, com a promulgação da Constituição da República, as mulheres adquirem o direito de trabalhar na Função Pública.

Na educação as conquistas da República são muito importantes:

- Escolaridade passa a ser obrigatória dos 7 aos 11 anos para rapazes e raparigas.
- Pela primeira vez, uma mulher é nomeada para uma Cátedra Universitária – Carolina Michaelis de Vasconcelos (língua portuguesa).

Mas, as promessas da República encontram muitas dificuldades para serem implementadas. Assim, apesar das promessas de direito a voto, nas primeiras eleições, a médica Carolina Beatriz Ângelo, viúva e mãe, teve que exigir o direito a votar nas eleições para a Assembleia Constituinte, invocando a sua qualidade de chefe de família.

Esta lei é rapidamente alterada, reduzindo novamente o direito de voto aos homens.

Lutas importantes das mulheres trabalhadoras

O tecido industrial, que vive da sobre-exploração de mão-de-obra semi camponesa, analfabeta, sem formação, com um largo peso de mulheres e crianças, era dominado por pequenas empresas descapitalizadas, de pequena dimensão, com tecnologia rudimentar e baixos níveis de produtividade.

As mulheres têm um papel importante nas lutas desenvolvidas pela classe trabalhadora.

1910 – Importante greve dos têxteis no Vale do Ave contra a redução dos salários e por horários de trabalho de 12 horas com intervalo para o almoço com esta greve exigiam que fossem pagos os mesmos salários que recebiam cerca do ano de 1900, com horários superiores a 12 horas/dia, sem intervalo para almoço. A descida de salários era comum.

1912 e 1918 – Greves gerais de trabalhadores promovidas pelos Sindicatos e Jornadas de protesto contra o custo de vida, o aumento do pão, a falta de géneros.

1919 – Redução de horário para as 8 horas diárias.

Outras datas importantes

1913 – Regina Quintanilha a primeira mulher a licenciar-se em direito.

1914 – Criação do 1.º Conselho das Mulheres Portuguesas.

Em 1918 – É extinta a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.

1924 e 1926 – 1.º e 2.º Congressos Feministas.

Mulher no Fascismo

(ex. Catarina Eufémia)



As Mulheres Durante o Regime Fascista

Em 1917, com a Revolução Russa, iniciava-se a primeira experiência de construção de um estado socialista. As classes trabalhadoras estavam dispostas a lutar por melhores condições de vida.

Em Portugal, apesar da repressão sobre as lutas operárias durante a 1ª República, o movimento operário e sindical tinha crescido, tinha ganho experiência de luta e de organização. Porém, em 1926 é instaurada no nosso País uma ditadura fascista que criou as condições para uma sobre-exploração desenfreada da mão-de-obra.

A indústria e a agricultura encontravam-se pouco desenvolvidas em Portugal, os detentores dos principais meios de produção precisavam de um movimento operário e sindical débil e utilizavam mecanismos repressivos com vista a anular a oposição. Pensavam só assim, ter condições para explorar desenfreadamente a mão-de-obra e acumular o capital necessário que facilitasse a consolidação do capitalismo.

Na verdade, dezenas de anos de ditadura de repressão sobre os trabalhadores e democratas, de falta de liberdade sindical só conseguiram manter o nosso País atrasado e isolado da Europa e do mundo. Um movimento sindical forte e combativo, a democracia e cidadãos – homens e mulheres – com direitos são condição de desenvolvimento económico, social de modernização e competitividade. Mas, durante o fascismo, o povo foi reprimido e como sempre, as mulheres sofrem de forma mais brutal essa opressão. Foram destruídas as principais transformações progressistas da 1ª República.

Sob o lema "Deus, Pátria e Família" instalou-se a opressão, a discriminação, a desigualdade da mulher:

- determinou-se como vocação específica e definitiva da mulher, o lar e a família – os trabalhos domésticos constituíam obrigação da mulher;
- foi dificultado, por lei, o acesso à vida profissional e as mulheres não podiam ser juizes, diplomatas, etc.;
- o homem era o chefe da família;
- escolhia a residência do casal;

- detinha o poder paternal;
- administrava os bens do casal;
- podia impedir a mulher de exercer uma profissão;
- tinha o direito de violar a correspondência da mulher.

Foi institucionalizada a discriminação nos salários, no ensino e na formação profissional.

As mulheres representavam uma força importante em sectores como o têxtil, lanifícios, cortiça, conservas, comércio e a agricultura.

Nestes sectores, os salários e as condições de trabalho eram em geral inferiores a outros sectores de actividade, mas os salários das mulheres eram ainda mais baixos.

No campo, as mulheres ganhavam metade do salário dos homens, mas não podiam deixar de trabalhar porque o salário do homem não era suficiente para alimentar uma família, ainda que pobremente.

Um estudo realizado em 1936 sobre a vida dos camponeses do Alto Douro, Trás dos Montes e Alentejo revelou que, no Douro, a broa de milho garantia 75% das calorias e, no Alentejo, a carência de proteínas animais era de 89%.

A resistência das mulheres

De 1926 a 1974, mesmo nas condições mais difíceis, as mulheres estiveram nas lutas pela paz, pelo pão, contra a repressão, contra os castigos por multas nas empresas, contra os despedimentos.

Lutaram nas empresas por melhores salários, contra o aumento dos ritmos de trabalho, por solidariedade, contra os despedimentos.

No Alentejo e Ribatejo participaram nos movimentos grevistas de 1944, 1945 e 1946

Durante a segunda Guerra Mundial organizaram marchas de fome em direcção às Câmaras, assaltaram armazéns e transportes de alimentos que iam ser enviados para fora do país.

Nas greves de 1942, 1943 e 1944 que se desenvolveram em Lisboa e Setúbal, participaram como trabalhadoras. Mas, mesmo quando não eram grevistas, participavam nas manifestações de protesto, deitavam-se no chão com os filhos para impedir a passagem dos transportes que levavam maridos, pais, irmãos e filhos presos durante a feroz repressão que sempre se seguia aos movimentos grevistas. Depois destas greves, os milhares de despedimentos e prisões que se seguiram colocaram muitas mulheres perante a necessidade de garantirem a subsistência das suas famílias.

Nas décadas de 40 e 60, em períodos altos da luta sindical, muitos sindicatos corporativos foram conquistados por direcções de oposição ao regime. Nestes casos, as mulheres tiveram sempre um papel importante nas votações e no apoio às direcções eleitas ainda que, só raramente, fizessem parte das listas.

Foram muitas as mulheres que participaram na campanha do General Humberto Delgado, nas várias campanhas eleitorais, nos movimentos estudantis nos anos 60/70.

Muitas trabalhadoras, intelectuais e estudantes conheceram as prisões fascistas e a tortura. Mesmo quando os seus familiares eram presos, a polícia não poupava e a tortura psicológica conduzia a sofrimentos indescritíveis.

Nos anos 60 e 70, a guerra colonial e a emigração em massa para a Europa, onde se viviam os anos dourados do pleno emprego, levaram do País dezenas de milhares de homens jovens. Mais uma vez, as mulheres são chamadas a ocupar o seu lugar no mercado de trabalho em todos os sectores de actividade.

Na oposição à guerra colonial, as mulheres posicionaram-se de forma frontal e muito sentida.

Nas situações de emigração ficavam nas terras onde geriam a família, os bens e os rendimentos provenientes da emigração, quantas vezes, dirigindo a construção da sua casa. Se partiam para a Europa viviam com as famílias em condições desumanas nos bairros de lata e trabalhavam "aos dias" ou em fábricas.

Datas importantes neste Período:

1933 – Nova Constituição Política do "Estado Novo" que estabelece a igualdade dos cidadãos perante a lei "ressalvas, quanto à mulher, as diferenças da sua natureza e do bem da família" (Art. 5º).

- 1935** – Criada a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, encerrada pela PIDE em 1952.
- 1940** – Celebração de Concordata entre Portugal e a Santa Sé, nos termos da qual os portugueses casados por Igreja não podiam recorrer ao divórcio.
- 1947** – A PIDE extingue o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.
- 1959** – Nova Lei de 29 de Julho – a mulher portuguesa que se case com estrangeiro passa a poder conservar a sua nacionalidade (antes, perdia-a automaticamente).
- 1963** – Decreto Lei n.º 44 579 de 19/9/62, proíbe o exercício da prostituição a partir de 1 de Janeiro de 1963.
- 1966** – Aprovada para ratificação a Convenção n.º 100 da OIT, relativa à igualdade de remuneração entre mão-de-obra feminina e masculina para trabalho de valor igual.
- 1967** – Entrada em vigor do novo Código Civil. Segundo este, a família é chefiada pelo marido, a quem compete decidir em relação à vida conjugal e aos filhos.
- 1968** – Criação do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).
- 1969** – Foi introduzido na legislação nacional o princípio "salário igual para trabalho igual".m A mulher casada pode transpor a fronteira sem licença do marido.
- 1971** – Primeira mulher no Governo – Maria Teresa Lobo – Subsecretária de estado da Assistência.
- 1973** – Portaria 186/73, de 13 de Março sobre o trabalho condicionado que proíbe o emprego das mulheres em certas actividades perigosas em virtude da sua função genética.
- 1974** – 1º trimestre, várias empresas por todo o país desencadeiam greves; em muitas delas as mulheres são em número elevado.

Mulheres que se destacaram nesta altura:

- **Irene Lisboa** – Publicou diversos trabalhos de pedagogia e as suas primeiras obras literárias sob pseudónimos masculinos. O essencial da sua obra é constituído por apontamentos e observações directas de episódios e tipos da vida popular lisboeta ou serrana. *Solidão*, 1939 ou *Um Dia e Outro Dia*, 1936 são algumas das suas obras mais importantes. Tudo o que produziu reage à situação da mulher culta e livre num atraso meio provinciano, tendo conseguido vencer a *solidão* graças a uma convivência aberta às gentes simples da rua.
- **Maria Lamas** – Jornalista, escritora e ensaísta, distingui-se também por vastos e ilucidativos inquéritos aos problemas da mulher (*Mulheres do Meu País*, 1948; *A Mulher no Mundo*, 1952). Dirige a revista "Modas e Bordados" até 1959. Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1946-1947), membro da Associação Feminina para a Paz. Presidente Honorária do Movimento Democrático de Mulheres e Directora da revista "Mulheres" até 1983.
- **Luisa Paula** – Operária têxtil, desde muito nova encabeça várias lutas. Casada aos 19 anos com operário, acompanha-o quando este é deportado pelo fascismo para África. Analfabeta, aos 46 anos decide aprender a ler. O primeiro livro que consegue ler sozinha é a *História Universal*. Morreu extremamente doente e debilitada pelas sucessivas prisões.
- **Virgínia Moura** – Militante antifascista várias vezes presa e torturada pela polícia política, morreu em 1998.
- **Alda Nogueira** – Fundadora do MDM e da revista "Mulheres", com 26 anos abandonou a carreira de investigação científica, junto de Irene Curie em Paris para se dedicar à luta política no PCP. Foi a mulher que mais tempo esteve presa nas cadeias do regime fascista.
- **Catarina Eufémia** – Morta a tiro pela GNR durante uma luta de camponeses em Baleizão.

Mulher depois do 25 de Abril



O 25 de Abril e as Transformações na Vida das Mulheres

No período que antecedeu o 25 de Abril milhares de mulheres envolveram-se em lutas importantes, pela redução de horários, contra os despedimentos. São exemplos: as bancárias e metalúrgicas pelo seus contratos; as empregadas do comércio e serviços pela semana inglesa; ou as trabalhadoras das empresas Grundig, em Braga, da Alumínia, no Porto, por melhores salários.

As mulheres acorreram a saudar em massa os soldados, a apoiar a revolução democrática nascente. Comida, flores e apoios diversos chegavam aos soldados. Esperavam ansiosas a libertação dos que estavam presos nas cadeias da polícia política.

Nas empresas, onde a mão de obra era maioritariamente feminina, iniciaram lutas, muitas vezes com recurso a greves e ocupações, por salários mais justos, direito a férias, contra despedimentos e boicotes ao normal funcionamento das empresas.

Em muitos casos de fuga ou de sabotagem dos patrões, assumiram a gestão das empresas, impediram a saída de máquinas e matérias primas, asseguraram o normal funcionamento em cooperativas ou empresas em autogestão.

Nos campos do sul, as mulheres participaram activamente na ocupação de terras não produtivas, trabalharam arduamente na construção das unidades colectivas de produção, na introdução de novas culturas e nas limpezas dos campos abandonados. Quando tiveram início os ataques à Reforma Agrária, as mulheres estiveram lado a lado com os homens nas frentes de resistência e sofreram as cargas policiais e a violência dos agrários.

Estiveram na vanguarda da organização dos serviços sociais como creches, cantinas, cooperativas de consumidores.

Apoiaram a ocupação dos sindicatos, ainda dominados pelos apoiantes do antigo regime, participaram activamente nas eleições, nas assembleias para aprovação dos novos estatutos; foram eleitas como delegadas e dirigentes sindicais, apesar de muitas vezes sofrerem a oposição da família e das comunidades locais.

Assumiram cargos de direcção importantes na estrutura sindical em geral e nos novos sindicatos, criados depois do 25 de Abril, nos sectores onde até essa data não era permitida a organização sindical, como é o caso da Função Pública, dos Professores, Enfermeiros, Administração Local e Agrícolas, onde as mulheres são geralmente a maioria.

Foi uma época de grandes mudanças na vida das mulheres. A legalização do divórcio, a generalização dos métodos anti-conceptivos, a abertura de todas as carreiras profissionais às mulheres, o crescimento dos serviços sociais, o desenvolvimento da educação abriram novas perspectivas na vida familiar, na vida profissional, nos projectos de vida.

Novos valores relativamente à família, à vida afectiva, à co-responsabilização na educação e cuidados com os filhos, à partilha dos trabalhos domésticos, o acesso a carreiras e cursos superiores e à formação profissional, vai transformar o papel das mulheres na vida do País que passará a ter uma das taxas de emprego feminino mais elevadas da Europa.

A Constituição da República e as novas leis sobre a igualdade, bem como os direitos de maternidade e paternidade foram conquistas democráticas da maior importância.

- São abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadãos (Dec. Lei 621/A/74, de 15 de Novembro).
- Três diplomas abrem o acesso das mulheres, respectivamente a todos os cargos da carreira administrativa local (Dec. Lei 251/74, de 12 de Junho), à carreira diplomática (Dec. Lei 308/74, de 6 de Julho) e à magistratura (Dec. Lei 492/74, de 27 de Setembro).

A conquista das liberdades fundamentais permitiu às mulheres exercerem os seus direitos cívicos, políticos e sindicais.

A Constituição de 1976 consagra o direito à igualdade e proíbe a discriminação com base no sexo.

A Eng.^a Maria de Lourdes Pintassilgo, é a primeira mulher ministra na pasta dos Assuntos Sociais e, mais tarde, a ocupar o lugar de Primeira Ministra.

O presente e o futuro próximo

A batalha pela igualdade de direitos e oportunidades continua actual e ganha importância renovada. A mulher, apesar dos avanços formais e práticos, continua nos nossos dias, a ser vítima de tratamento desigual e de discriminações directas ou subtis em todos os domínios da vida nacional.

No plano político, são necessárias opções e medidas concretas que transportem a igualdade para a realidade do dia-a-dia; no plano sindical, há que procurar trazer mais mulheres à participação e à assumpção de novas responsabilidades sindicais, transformando a batalha pela igualdade num objectivo de mulheres e homens.

O LONGO CAMINHO PARA A IGUALDADE

Após o 25 de Abril, a CGTP/IN, e as suas estruturas organizaram regularmente iniciativas como conferências, debates, tribunais de opinião pública e seminários sobre a temática da igualdade e da organização sindical das mulheres trabalhadoras. Do mesmo modo, todos os anos se organizam as comemorações do 8 de Março.

Quadro geral das principais iniciativas realizadas:

Tipo de iniciativa	Data e Local	Tema
1ª Conferência Sindical Nacional	4 e 5 de Novembro de 1978 Lisboa, Voz do Operário	Os problemas das Mulheres Trabalhadoras
2ª Conferência Sindical Nacional	17 e 18 de Maio de 1985 em Almada	A Mulher e o Trabalho
Seminário	13 e 14 de Abril de 1989 Lisboa	A discriminações das mulheres e acção reivindicativa na promoção da igualdade
Sessão Solene	15 de Abril de 1991 Lisboa – Fórum Picoas	Publicações da 1ª Lei de Trabalho de Mulheres e Menores
Apresentação dos resultados de inquérito e debate	20 de Novembro de 1991 Sala da Assembleia Municipal de Lisboa	Partilha das responsabilidades familiares
3ª Conferência Sindical Nacional	10 e 11 de Abril em 1992 Lisboa	"As Mulheres Trabalhadoras" – Igualdade – Dimensão Essencial da Democracia
Seminários para trabalhadoras do Material eléctrico	Maio de 1994 Portalegre	Os problemas das mulheres Trabalhadoras no Alentejo
Debate nacional	Novembro de 1994 Lisboa Auditório da CGTP/IN	A mulher no trabalho na família e na sociedade e papel do estado na efectivação da igualdade
Debate nacional	26 de Outubro de 1995 Lisboa Auditório da CGTP/IN	As mulheres e os 25 anos da CGTP/IN
Encontro Nacional de Mulheres	7 e 8 de Maio 1996 Lisboa Auditório da CGTP/IN	A participação das mulheres nas Instâncias da União Europeia - Igualdade de Oportunidades e Acesso
Seminários descentralizados	21 de Novembro 1996 Setúbal 28 de Novembro Guimarães	Mulheres de mais de 40 anos desempregadas de longa duração – em risco de exclusão – Que alternativas ?
Manifestação de rua com expressão nacional	8 de Março de 1997 - Marquês de Pombal/Rossio em Lisboa	"Afirmar a Igualdade, Garantir Vida Melhor"
Seminário	31 de Outubro de 1997 Lisboa Auditório da CGTP/IN	Direitos, discriminação, participação - que avanços para a igualdade?
Seminário do Now-Luna	20 e 21 de Novembro de 1997 Lisboa	Derrubando barreiras pela Igualdade
Seminário do Now-Luna	11 de Novembro de 1998 Lisboa	CGTP/IN uma força pela igualdade

Em 1994, a CGTP-IN deu início ao primeiro projecto NOW (Novas Oportunidades para as Mulheres), tendo sido formadas Agentes para a Igualdade.

A partir de 1996 e até ao ano 1999, desenvolve-se o projecto NOW-LUNA pela igualdade de tratamento e oportunidades no trabalho. Com empresas, organizações e activistas sindicais, instituições, escolas e professores desenvolve-se um conjunto de medidas de acções positivas dentro das empresas, formam-se quadros sindicais, debate-se com jovens, rapazes e raparigas, a temática da igualdade.

A história da luta das mulheres pela igualdade de direitos e oportunidades ao longo do tempo demonstra que sempre tem sido necessário um intenso e persistente trabalho e mesmo sacrifícios para combater a discriminação, a desigualdade e as injustiças sociais. E mesmo quando os direitos são reconhecidos, inicia-se então uma outra luta não menos difícil para os aplicar.

BIBLIOGRAFIA

André Bonnard, *A Civilização Grega*.

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*.

D' Armada, Fina, *As Companheiras de Viagem dos Missionários*, In: Expresso, Out. 1996, p. 72-81.

D' Armada, Fina, *Uma Portuguesa na Índia*, In: Expresso, 12 de Agosto, 1995, p. 40-46.

Duby, Georges/Perrot, Michelle, *Imagens da Mulher*, Edições Afrontamento, 1992.

História das Mulheres, I – IV volume (Direcção de Georges Duby e Michelle Perrot), Edições Afrontamento, 1994-1995.

Michael, Massey, *As Mulheres na Grécia e Roma Antigas*, Publicações Europa América.

Neves, Helena – Vários artigos publicados em revistas.

Oliveira Marques, A. H., *A Primeira República Portuguesa*, (alguns aspectos estruturais), Livros Horizonte, Lisboa, 1975, p. 53-54.

O Problema Feminino e a Questão Social, Ed. Prelo, Lisboa, 1973 (com prefácio de Helena Neves).

Seabra, Carlos Lino, *Da Mulher Romana à Mulher Portuguesa*, Braga, 1994.

Sheila Lewenhark, *A Mulher e o Trabalho*, Editorial Presença.



*e*mprego

N O W

mts

Ministério do Trabalho e da Solidariedade